

Ru. Branco Antecedente
Requerimentos.

De Maria Paquima, da Condição Marques, pedindo um toilette e uma mesa pedida que lhe pertence na qualidade de viúva do ex-jurista Ant. Concalves Marques de Brito. Quando deferimento ao depois de verificado e livro de inventário dos bens da Camara.

De Olympina Maria da Condição requerendo terrenos do patrimonio da Camara em aporamento. A Commissão de fazenda diz aporamento.

De Aquino Alves Moura, requerendo terrenos do patrimonio da Camara em aporamento. A Commissão de aporamento.

De Manoel Luiz Pinna, requerendo terrenos do patrimonio da Camara em aporamento. A Commissão de aporamento.

De Miguel Archangelo de Vasconcelos Costa, requerendo terrenos do patrimonio da Camara em aporamento. A Commissão de aporamento.

De João Francisco dos Santos, requerendo terrenos do patrimonio da Camara em aporamento. A Commissão de aporamento.

De Josue Carralho & C. pedindo terrenos do patrimonio da Camara em aporamento. A Camara decidiu para que o requerente faça petição em termos.

Estando esgotado o expediente, passa-se ao fim a que a presente sessão e desistida e entra-se na ordem do dia.

Parer da Commissão de fazenda:

Pede e concedida a palavra ao Vereador Carlos Palmer e lê o parecer referente as contas da administração finda de 1909, que vai, autuado com todas as peças justificativas do parecer para o archivo da Secretaria da Camara e termina a leitura com o final seguinte: Resumendo: Tomo de parecer que as contas sejam approvadas, attenta o facto de estarem, relativamente, exactas. O Vereador: Palmer, que submitta o presente parecer á Camara reunida, em sessão de quinze de Junho de mil novecentos e dez. S. D. Palmer - Luiz João Gago - Em additamento: Propomos que fique o Presidente da Camara, actual, autorisado a mandar dar baixa na fiança do ex-Procurador Honório Gonçalves Porto, fazendo-lhe entrega das copias, sob n. 495365, 495367, 495368 e 495369 as que passara o competente recibo, assim como ir saldando os debitos da Camara Municipal de Luiz Fria a proporção que for entrando, distribuir para o copie. Cabo Fria, 1 de Junho de 1910. O Vereador: Palmer - Luiz João Gago, membro da Commissão de Fazenda. Posto em discussão o parecer, não houve quem pedisse a palavra, pelo que o Sr. Presidente submitta o voto e foi unanimemente approvado. E como não houve mais nada a tratar e estando satisfeitos os fins da presente sessão o Sr. Presidente mandou levantar a presente acta que lida e posta em discussão, pedir a palavra o Vereador Carlos Palmer e diz que o parecer approvado abrangia os doze meses de Janeiro e Fevereiro do corrente anno e não estando na acta por isso pedir que ficasse inserido na presente acta, a fim de evitar duvidas futuras, pelo que foi encerrado ao depois de posta a votos e unanimemente approvada. E eu Pedro Alves Pereira de Macedo, servindo de secretario desta a subscriver e assigno.

Maria do Amparo Quintanilha
Pedro Alves Pereira de Macedo
C. Salgueiro
Antônio de Costa Lima

Francisco Lopes Trindade
Luiz José Gago
Sintaxe Família & Saude

Primeira sessão ordinária da Câmara, em 7 de julho de 1910

Presidência: Sr. Máximo de Aguiar Quintanilha
Secretário: Carlos Palmer

Nos sete de julho de mil novecentos e dez, nesta cidade de São João e São da Câmara Municipal, no meu dia, achando-se presentes os Srs. Vereadores Máximo de Aguiar Quintanilha, presidente, Coronel Antônio Ferreira de Souza, Vice-presidente, Augusto Lourenço da Cunha, Adolpho Benavente, Luiz José Gago, Carlos Palmer e André da Costa Simas, faltando os outros Srs. Vereadores sem causa justificada, pelo que, o Sr. Presidente declarou aberta a sessão e convidou o vereador Carlos Palmer para servir de secretário na presente sessão.

Em seguida passou-se a leitura do seguinte:

Expediente:

Offícios:

Do Inspector do Cemitério de Campo Novo, acompanhando o mappa das e attestados das pessoas fallecidas e sepultadas no mez de Maio findo - A comissão de fazenda

Do Inspector do Cemitério de Anadia, acompanhando o mappa das pessoas fallecidas no mez de Abril do corrente como e balancete demonstrando ter recebido para o cofre da Câmara, com quantia de vinte e seis mil reis - A comissão de fazenda

Do mesmo Inspector do Cemitério de Anadia, acompanhando o balancete do mez de junho findo - A comissão de fazenda.

Requerimentos:

De Francisco Luiz da Silva, requerendo licença para fechar um caminho dentro das terras de sua propriedade - A comissão de posturas.

De Cornelio Loucaphil de Mello pedindo em aforamento terrenos devolvidos do patrimônio desta Câmara - A comissão de aforamento.

De Domingos Bonifacio Ribeiro pedindo em aforamento terrenos no lugar da Restinga do patrimônio da Câmara - A comissão de aforamento.

De Claudelino Manoel da Siqueira, pedindo em aforamento terrenos devolvidos do patrimônio desta Câmara para edificar um prédio - A comissão de aforamento.

De Felina Vieira da Silva, pedindo em aforamento um pedaço de terreno na Rua Nova do Campo, afim de edificar uma casa - A comissão de aforamento.

De José Teresa da Silva, pedindo em aforamento, um pedaço de terreno na Rua Augusta, quanto sobe e basta para construir um prédio - A comissão de aforamento.

De Florenco Teixeira de Mello, pedindo em aforamento um pedaço de terreno no lugar da Estrada do Açúcar, desta cidade - A comissão de aforamento.

De Jacopo Francesconi, requerendo que seja eliminada do imposto predial, a casa que possui a Rua da Reconstrução n.º 4, - Sobre a mesa.

De Luiz José Cardozo, ex-fiscal desta Câmara, reclamando a quantia de 144,527\$000, que a comissão da parecer das contas da administração finda deixou de incluir na dívida passiva, saldo de seus vencimentos até o mez de julho de mil novecentos e nove. Ao procurador para informar o que fôr, pagu-

De Alfredo José dos Santos, fazendeiro idêntico pedido, da quantia de setec

setor, ha mil pes, referente ao seu ordenado do mez de Fevereiro findo, como proventos desta
Câmara. Ao procurador para informar, o que feito, avia-se o credito requerido.

Findo o expediente passa-se a

Ordem do dia

Pede a palavra o Coronel Antonio Ferreira de Souza e li o seguinte parecer: A Câmara
se pode aforar terrenos sob as quaes, além do dominio directo tem o util. Em relação
dos terrenos requeridos, dado que os requerentes também passam supondo-os do dominio di-
recto da Câmara, incontestavelmente não tem esta o util, pois não está de posse d'elles.
Ao contrario, não ha como negar que elles estejam na posse do Sr. J. J. J., não os pode,
portanto a Câmara aforar. Se com effeito houver fundamento sobre serem estes terrenos
do patrimonio da Câmara, esta só os poderia aforar, depois de dar meio de uma acção
de reivindicação, entra na posse dos mesmos. Por estes fundamentos somos de parecer
que não independos os requerimentos de Cypriano José de Andrade, Carlos de Vasconcellos
Leite e Francisco Barbosa Ferreira, Antonio Dutra Junior, Jorge de Souza Motta e Lopes da
Guaia, J. J. J. da Secção da Câmara de Cabo Frio, site de Julho de mil novecentos e dez.
Ferreira de Souza Luiz Gado. Posto o parecer em discussão, fude e e concedida a
palavra ao Vereador Carlos Palmer, que diz que, na qualidade de um dos membros
da Commissão de aforamentos, tem que apresentar um parecer em separado, visto
que, os requerimentos citados no parecer foram a elle distribuidos e prouos, com in-
contestavel direito de ser o relator e requena que foy adrada a discussão para a
sessão seguinte até que apreceite o seu parecer como membro da commissão. Pede
e e concedida a palavra ao Coronel Antonio Ferreira de Souza, que diz que o relator
compute os mais votos da commissão. O Sr. Presidente submittê o requerimento
do Vereador Carlos Palmer em discussão e a votos, não havendo reclamação al-
guma, foi unanimente approved, ficando adrada a discussão do parecer
supra para a sessão seguinte.

Não havendo mais pareceres, de commissão passa-se a

Requerimentos e propostas

Vem a mesa o seguinte projecto - Projecto de Lei - Proposição que seja convertida em
Lei o seguinte: Artigo 1º O pagamento de qualquer imposto a Câmara Muni-
cipal, só e legal depois que o talão dado pelo Thezoureiro seja registado na secretaria
da mesma Câmara pelo respectivo secretario. Artigo 2º O Thezoureiro só poderá receber
do contribuinte, ou de quem o representar, a importância do imposto e assignar o
talão, depois de registado tendo previamente applicado ao mesmo o sello municipal
correspondente. Artigo 3º O registro será feito na secretaria da Câmara, em livro
proprio, numerado e rubricado pelo Presidente da mesma, no qual constará o
nome do contribuinte, a data do pagamento, a quantia, a natureza do imposto,
o numero do talão e o valor do sello. Artigo 4º O secretario e obrigado a fazer
o registro, logo que lhe seja apresentado o talão, e em seguida escreverá no verso
do mesmo a palavra - Registrado - sob numero tanto, datando e assignando so-
bre o sello municipal. Artigo 5º Os talões provando o pagamento do imposto até a
quantia de seis mil réis, levarão um sello municipal de 200 réis e desta quantia em
diante, 500 réis. Artigo 6º O Thezoureiro e o Secretario, ficam com o direito a receberem
mensalmente a percentagem de dez por cento cada um, sobre o valor dos
sellos affixados nos talões registados. Paraphrao unico - Esta percentagem se
rá paga depois de conferida e visada pelo presidente da Câmara - Sula
S 17 de Julho de 1910 O Vereador Carlos Palmer. Contra em discussão o proje-
cto supra. Pede a palavra o Vereador C. Antonio Ferreira de Souza e requer o
adiamento da discussão, para a sessão seguinte. O Sr. Presidente submittê a

derecussas e a voto o requerimento do Vereador Ferreira de Souza e foi sem observa-
ção alguma approvado, pelo que, ficou adiado a discussão do Projeto para
a sessão seguinte. Em seguida passou a Camara a tomar a seguinte

Deliberação

Indiferiu o requerimento de Jacopo Franceseoni, fundada no artigo 14 da Lei
de Imposto Predial de 11 de Março de 1893, visto que, a Camara tem informações
de pessoas fededignas, de que a casa que Jacopo Franceseoni pede eliminação
do imposto, está servindo de depósito de materias, caixões e outros objectos pertencen-
tes ao negocio do qual e' sobo o Requerente.

Enada mais havendo a tratar-se foi encerrada a sessão. O que prava constar
lavrou-se a presente acta. Seu Pedro Alves Pereira de Macedo promido de secretario
desta a subscricao e assyso.

Mario de Azevedo Quintanilha
Pedro Alves Pereira de Macedo

t. Palmyre

Augusto Lourenço da Cunha
Apoii sa litta Simoes

Luz João Gago

Adolpho Branganza

Antonio Ferreira da Silva

Segunda sessão ordinaria da Camara em 8 de julho de 1910

Presidencia: Mario de Azevedo Quintanilha
Secretario: Pedro Alves Pereira de Macedo.

Nos oito de julho de mil novecentos e dez nesta cidade de Cabo Frio e Foco da Ca-
mara Municipal, ao meu dia, achando-se presentes os Sr. Vereadores, Mario de Aze-
vedo Quintanilha, presidente, Coronel Antonio Ferreira de Souza, vice-presidente, Fran-
cisco Lopes Tundade, Adolpho Branganza, Luz João Gago, Carlos Palma, Augusto Louren-
ço da Cunha, Pedro Alves Pereira de Macedo e Andre da Costa Simões, faltando o
vereador secretario Eduardo Moreira da Rocha, pelo que, o Sr. Presidente declarou
aberta a sessão e convidou o vereador Pedro Alves Pereira de Macedo para servir de
secretario na presente sessão.

Em seguida e lida, feita em discussão, sem ella approvada e assignada a acta
da ultima sessão que foi tambem assignada pelo vereador Pedro Alves Pereira de
Macedo, por ter servido de secretario da leitura, passando-se a proceder a leitura do

Expediente

Officio de Eduardo Moreira da Rocha, comunicando não poder comparecer na sessão
de hoje, por enfermidade de paude - Interada.

Requerimento de Octavio Pellegrini de Azevedo, datado de seis do corrente mez pedin-
do um aforamento terreno na Rua de Santo Antonio para edificar um prédio dentro do
prazo de seis mezes - Se commissão de aforamento.

Requerimento de Joaquim José Baptista da Motta, datado de hoje, pedindo o desapre-
ciamento da cerca constituida por Bernardo Mendes da Rocha nos terrenos que ser-
via de passagem de um dos lados de sua propriedade para o Largo de Santo An-
tonio. A Camara tomara providencias.

Quando esgotado o expediente entra-se na

Ordem do dia.